Estado do Ceará: Uma Análise do Desempenho Econômico-Financeiro Recente, 1990 - 1996[1]

Manoel Bosco de Almeida
PhD., Professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN)

Almir Bittencourt da Silva
Professor do Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí e mestrando do CAEN

Resumo

Tem como objetivo básico analisar o desempenho recente da economia cearense em face das ações implementadas nas áreas das finanças públicas, mobilização de recursos para investimento e atração de indústrias. No campo econômico, o Ceará apresentou considerável avanço no período 1990/96. A renda *per capita* cresceu, melhorando a posição relativa do Estado frente ao Nordeste e ao Brasil. O ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas constituíram aspectos relevantes para o dinamismo econômico observado. Constatou-se que a ocorrência de valores significantes de margens de autofinanciamento em todos os anos, a partir de 1990, permitiu ao governo viabilizar financeiramente um amplo programa plurianual de investimentos conhecido como programas estruturantes. De outra parte, o equilíbrio financeiro possibilitou a implantação de um engenhoso sistema de incentivos fiscais — Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), estimulando a instalação de novas empresas no Estado. O número de empresas instaladas e a instalar, em Fortaleza e no Interior, respectivos montantes de investimento e número de empregos gerados atestam o êxito do programa. A importância desses incentivos é também corroborada pelos resultados de uma pesquisa direta realizada entre os empresários.

Palavras-chave:

Desempenho Econômico; Finanças Públicas; Crescimento Econômico; Brasil-Ceará.

[1] Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acerca dos aspectos Econômicos e Sociais do Estado do Ceará sob coordenação geral do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

1- INTRODUÇÃO

O rompimento do círculo vicioso de pobreza e a melhoria das condições de vida da população constituem objetivos expressos da ação de governo no Estado. Para a consecução desses propósitos, formularam-se as seguintes diretrizes básicas: i) a criação de mais oportunidades de trabalho; ii) promoção de ações nas áreas de educação e saúde para a população; iii) promoção de investimentos de porte com poder multiplicador; iv) austeridade nos gastos dos recursos públicos.

Êxitos parciais foram obtidos no período 1987-90, em particular na reestruturação da máquina administrativa e na moralização das ações do Governo do Estado. Ações e resultados estes que se constituiriam em base para a continuidade de sua atuação no período 1991-94.

A consciência deste fato e da necessidade de não só manter, como de ampliar os ganhos obtidos levou o atual governo a conceber e implementar um plano de ação para o período de 1995-98, onde as raízes para um desenvolvimento sustentável do Estado fossem lançadas. Proeminente neste conjunto de ações é o Programa e Projetos Estruturantes, onde se busca estabelecer as bases para uma mudança do perfil sócio-econômico do Estado do Ceará para a próxima década.

No presente trabalho objetivamos analisar o desempenho econômico-financeiro recente do Estado bem como as ações mais importantes para a manutenção do seu ritmo de crescimento.

Em primeiro lugar, abordaremos a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e sua relação com a mudança da estrutura da economia ao longo do período 1985-95.

Em seguida, analisaremos o ajuste fiscal realizado no período 1987-90, seus resultados e a sua importância para a manutenção do nível de investimento e, por conseguinte, do ritmo de crescimento do Estado.

Depois, mencionaremos os principais programas e projetos estruturantes, em particular o Programa de Atração de Investimentos, considerando sua importância para a industrialização do Ceará.

Por último, faremos uma breve análise sobre os resultados da pesquisa direta aplicada numa amostra de empresas já implantadas ou em fase de implantação, com vistas a procedermos a uma avaliação preliminar sobre a importância de alguns fatores locacionais entre os quais os incentivos fiscais na escolha do Ceará, pelos empresários, para instalação de seus empreendimentos.

2-COMPORTAMENTO DO PIB E ESTRUTURA ECONÔMICA

Após um difícil período inicial, o qual foi consideravelmente afetado em termos de atividade econômica pela prolongada seca de 1987, pelos ajustes, reformas e, principalmente, pela modernização da administração e implantação de uma nova estratégia política e administrativa, a economia cearense, como mostram os dados, começa a apresentar, a partir de 1990, sinais de dinamismo no seu ritmo de desenvolvimento e de modificação em sua estrutura econômica.

Como mostra a TABELA 1, a taxa de crescimento médio anual[2] da economia cearense em termos do PIB total foi de 2,70% para o período de 1985-95 e, de 1,85% e 3,56% para os subperíodos de 1985-90 e 1990-95 respectivamente. O fraco desempenho da economia cearense no primeiro subperíodo deveu-se principalmente aos desempenhos do setor primário e secundário.

[2] Taxa Geométrica de crescimento.

TABELA 1

ESTADO DO CEARÁ, NORDESTE, BRASIL
TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DO PIB

		85-90	90-95	85-95
Ceará	**Agropecuária**	0,57	5,47	2,99
	Indústria	-0,57	1,38	0,40
	Serviços	3,22	4,07	3,64
	Total	1,85	3,56	2,70

		85-90	90-95	85-95
Nordeste	**Agropecuária**	1,06	4,28	2,66
	Indústria	0,05	0,22	0,13
	Serviços	3,23	3,02	3,13
	Total	1,75	2,26	2,01

		85-90	90-95	85-95
Brasil	**Agropecuária**	1,10	4,24	2,65
	Indústria	0,74	1,96	1,34
	Serviços	3,30	3,04	3,17
	Total	2,00	2,75	2,37

FONTE: SILVA (1996)

TABELA 2

ESTADO DO CEARÁ,
POPULAÇÃO, PIB E RENDA *PER CAPITA**

INDICADORES	**1990**	**Participação Relativa - Ceará (%)**	**1995**	**Participação Relativa - Ceará (%)**
População Residente				
Brasil	144.723.900	4,34	155.822.400	4,31
NE	41.919.800	14,99	44.974.700	14,93
CE	6.285.600		6.714.200	
PIB real (R$ 1000)				
Brasil	558.350.494	1,65	639.376.862	1,72
NE	73.886.438	12,48	82.633.317	12,48
CE	9.223.774		10.988.222	
Renda *per capita*				
Brasil	3.858	38,04	4.103	38,04
NE	1.763	83,26	1.837	83,26
CE	1.467		1.637	

FONTES: IBGE (1996)
SILVA (1996)
* a preços de 1995

TABELA 3
ESTADO DO CEARÁ,
ESTRUTURA DO PIB POR SETOR (EM %)

	1985			1990			1995		
	Brasil	**Nordeste**	**Ceará**	**Brasil**	**Nordeste**	**Ceará**	**Brasil**	**Nordeste**	**Ceará**
Agropecuária	11,12	14,57	11,94	10,63	14,09	11,20	11,43	15,54	12,27
Indústria	42,27	38,00	29,28	39,71	34,92	25,96	38,21	31,56	23,34
Serviços	46,61	47,43	58,79	49,65	50,99	62,84	50,37	52,90	64,39
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: SILVA (1996)

Deve-se observar também que, com exceção do período 1985-90, a taxa de crescimento do Ceará mostrou-se superior às observadas para o Brasil e Nordeste. Além do mais, a taxa de crescimento para o Estado do Ceará, Região Nordeste e Brasil foram mais elevadas no segundo subperíodo, em decorrência da retomada do crescimento no País. Neste subperíodo, a taxa de crescimento observada para o setor industrial, no Ceará, embora ainda inferior à observada para o Brasil, é mais elevada que a do Nordeste.

Em termos relativos (ver TABELA 2), o PIB cearense representava cerca de 1,65% do nacional e 12,48% do nordestino em 1990. Em 1995 essas participações elevaram-se para 1,72% e 13,3% em relação ao PIB do Brasil e Nordeste respectivamente.

Comparando-se a população com o PIB, observa-se que a posição relativa da renda *per capita* do Ceará em termos da brasileira apresenta uma ligeira melhora e em relação à do Nordeste um ganho mais expressivo. Em termos absolutos, a renda *per capita* do Ceará, eleva-se de R$ 1.467,00 em 1990 para R$ 1.637,00 em 1995, ou seja, um aumento acumulado de 11,6% contra o aumento de 6,3% para o Brasil e de 4,2% para o Nordeste. Em síntese, observa-se portanto uma melhora gradual no desempenho absoluto e relativo da economia do Ceará.

A TABELA 3 mostra a estrutura do PIB por setor no período 1985-95. Observa-se que a participação do setor primário é, no geral, baixa e eleva-se ligeiramente no subperíodo 1990-95. Esta participação, por outro lado, é praticamente idêntica para o Brasil, Nordeste e Ceará.

No setor industrial, a tendência, ao contrário do observado para os setores primário e terciário, é de queda, sendo esta queda mais acentuada para o Ceará. Para este Estado, a participação do setor industrial é a menor em todo o período analisado.

Como observado anteriormente, foi no período 1990-95 que o Ceará apresentou as maiores taxas de crescimento do PIB total e setorial. Mesmo assim, a taxa de crescimento do PIB industrial (1,38%) foi bem inferior às taxas observadas para os setores primário, 5,47%, e para o terciário, 4,01%, explicando, portanto, a queda na participação do PIB industrial no período. Quanto ao setor terciário, seu bom desempenho decorreu em grande medida da expansão do turismo, sobretudo de1990 a 1995.

Ainda em relação ao PIB industrial e à sua taxa de crescimento médio anual de 1,38% entre 1990 e 1995, deve-se observar que esta taxa, embora baixa em relação aos outros dois setores, representa um crescimento quando comparada à taxa observada para o período 1985-90. Este fato pode estar associado ao Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimento do Estado, iniciado no período 1990-95. A taxa de crescimento do PIB industrial do Nordeste,

naquele período, e o êxito do Programa de Promoção Industrial, indicam nesta direção.

3-FINANÇAS PÚBLICAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

MELTZER (1997) analisa alguns importantes estudos empíricos recentes sobre a relação entre a poupança e o crescimento econômico, examinando com particular atenção o papel desempenhado pelo governo no estímulo à formação de poupança. A apresentação das principais conclusões contidas na mencionada análise parece-nos bastante útil para auxiliar na compreensão do comportamento das contas públicas do Estado do Ceará e seu possível impacto sobre o crescimento do produto bruto em períodos recentes. Cabe salientar que os estudos abordados por MELTZER (1997) referem-se a países e correspondem a períodos maiores de observações. Não obstante, consideramos esclarecedoras as evidências empíricas disponíveis, podendo até servirem de base para investigações mais aprofundadas no caso do Ceará.

Sobre a relação entre poupança e crescimento, MELTZER (1997) menciona estudo do Banco Mundial, relativo ao período 1965 a 1987, cujos dados sugerem que países com altas taxas relativas de poupança apresentam taxas de crescimento relativamente altas; países com baixas taxas de poupança têm taxas de crescimento relativamente baixas. Na faixa intermediária, contudo, a relação entre poupança e crescimento não se mostra muito clara.

O aspecto mais importante dessa relação diz respeito à direção causal. De acordo com MELTZER (1997): "O incremento de poupança pode preceder ou proceder o crescimento. Partindo de um dado nível de renda e taxa de crescimento, o público pode restringir o consumo para expandir poupança e investimento. Paralelamente, políticas podem encorajar a poupança doméstica para financiar taxas de investimento mais altas. Nesses casos, maior poupança precede a aceleração do crescimento". O autor aponta ainda a possibilidade de incremento do investimento e do crescimento através do endividamento externo. Neste caso, a poupança decorre do crescimento do investimento e da renda.

A propósito do desempenho das contas públicas e de seu impacto na poupança, vale mencionar a referência feita por MELTZER (1997) sobre estudo empírico também realizado pelo Banco Mundial para treze países em desenvolvimento publicado em 1993, o qual evidenciou que a "redução dos déficits orçamentários (ou o incremento de superávits) aumenta a poupança nacional". Por outro lado, referindo-se ao estudo de BARRO & LEE (1994), MELTZER (1997) afirma que o citado trabalho "mostra que o aumento do consumo do governo - como proporção do Produto Nacional Bruto (PNB) desacelera o crescimento".

Essas conclusões são consistentes, pelo desempenho da economia cearense observado no período em análise, em que se verificou a ocorrência de margens de autofinanciamento, permitindo a viabilização de um programa de investimentos públicos destinados, sobretudo, a estimular a expansão dos empreendimentos privados.

3.1-Ajuste Fiscal e Capacidade de Financiamento do Estado

O exame acurado das contas públicas do Estado do Ceará conduz à constatação de que no período compreendido entre 1991 e 1996 verificou-se um adequado controle de sua gestão, caracterizando, assim, uma situação pouco comum em relação à maioria dos estados brasileiros.

Essa situação tem sua origem na política de governo que remonta ao período 1987-91, quando foi concebida uma estratégia global de

desenvolvimento para o Estado, a qual evidenciava a necessidade de um ajuste fiscal consistente com os objetivos de longo prazo então delineados. Assim, o Ceará iniciou o seu ajuste fiscal bem antes que as condições objetivas de aprofundamento da crise fiscal brasileira impusessem graus de dificuldades crescentes no desempenho das atividades inerentes ao setor público.

Houve, portanto, uma providencial antecipação das medidas que, posteriormente, a maioria dos estados teve que adotar como imposição decorrente da dificuldade financeira que consumia a quase totalidade dos recursos públicos no pagamento de despesas correntes, notadamente de salários e de amortização da dívida fundada, reduzindo drasticamente a capacidade de investimento.

Constata-se, hoje, que poucos são os estados que conseguiram superar seus grandes desequilíbrios acumulados ao longo de décadas e para cujo financiamento contavam sempre com a assistência do Governo federal[3].

O ajuste das contas públicas do Ceará iniciado em 1987, através de um amplo e significativo conjunto de medidas abrangendo a reestruturação administrativa e implementação de rígidos controles financeiros, vem sendo aperfeiçoado e seus objetivos mantidos de forma consistente ao longo de todos esses últimos anos.

Para uma melhor compreensão da extensão do ajuste realizado, é importante destacar o conjunto de medidas adotadas. Segundo o roteiro sugerido por LIMA (1997), as ações compreenderam:

- redução do prazo de transferência dos recursos recolhidos em nome do Estado pelo setor privado de 10 para 1 dia útil;

- modernização do sistema de arrecadação introduzindo procedimentos informatizados e maior rigor na fiscalização;

- introdução do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC), resultando em controle de todas as etapas da produção do gasto público;

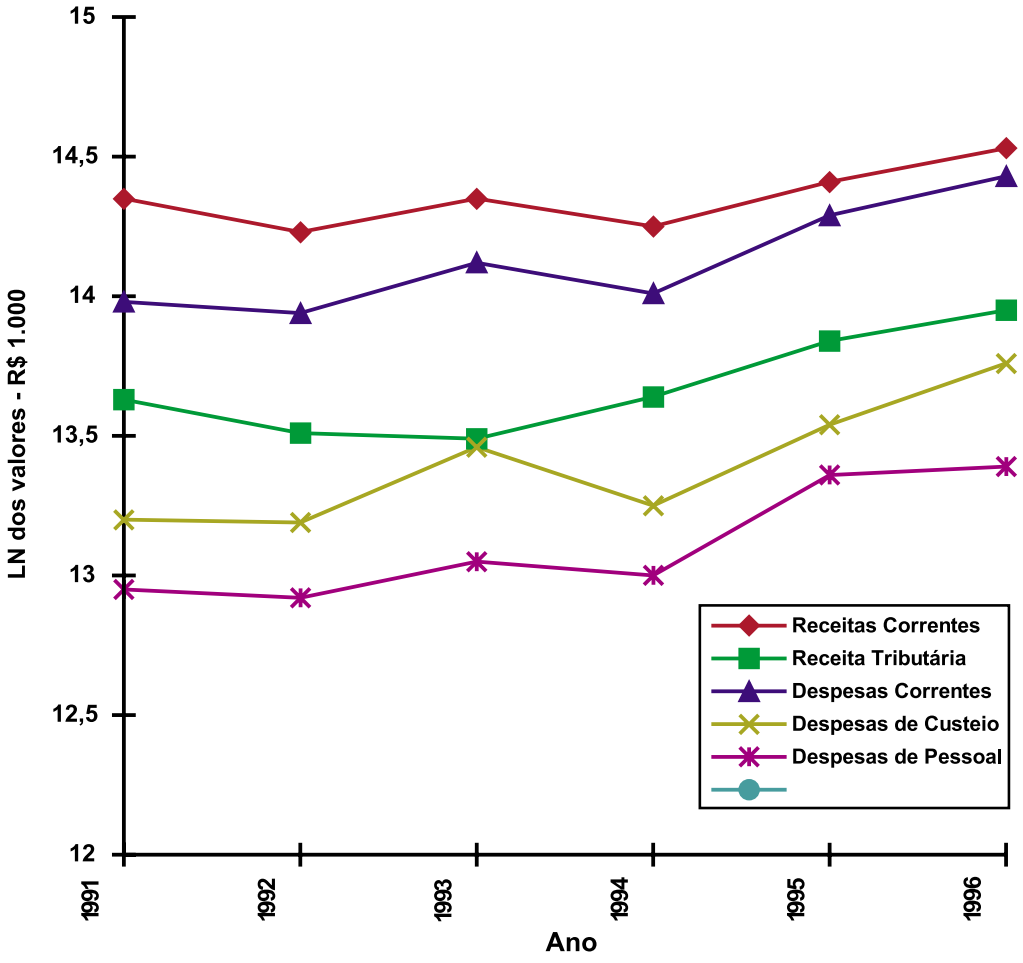
- renegociação da dívida fundada, ampliando os prazos de amortização e a distribuição de desembolso de encargos no tempo, de forma a não se concentrarem em determinados períodos;

- significativa redução dos gastos com pessoal através da demissão de funcionários que acumulavam cargos irregulares e drástico controle dos salários. De 1987 a 1991 verificou-se uma redução de 11,37% do número de funcionários públicos estaduais. Em 1987 registrava-se um total de 120.529 funcionários e já em 1991 ocorria uma redução para 106.828 funcionários. De outra parte, a folha de pagamentos dos funcionários de nível superior e nível médio sofreu uma queda de 11,94% e 53,16%, respectivamente, no mesmo período, em termos reais.

Um aspecto importante deve ser destacado como conseqüência do ajuste: a reversão de um grande déficit orçamentário verificado na apuração do Balanço Geral de 1986 para a ocorrência de um superávit em 1990.

[3] Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos recursos da União foram redistribuídos aos estados que, na quase totalidade, os destinaram à ampliação de suas despesas correntes. Com as dificuldades crescentes criadas com o desequilíbrio das contas públicas da União, esgotou-se sua capacidade de assistência financeira às unidades federativas. Como decorrência inicialmente desse fato e, posteriormente, da imposição ditada pelo Plano Real no sentido do controle do déficit público, os estados que não se adequaram tempestivamente às mudanças exigidas pela nova realidade econômico-financeira perderam a sua já reduzida capacidade de investimento, comprometendo, dessa forma, um instrumento valioso de promoção do desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, o Ceará constituiu exceção em face do que já foi anteriormente mencionado.

GRÁFICO 1
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
(1991..1996)



FONTES: CEARÁ (19--)
HOLANDA & SOARES (1997)

3.2-Comportamento da Receita

Os dados disponíveis mostram que os dois componentes mais importantes das receitas do Estado do Ceará são constituídos pelas Receitas Tributárias, que corresponderam ao percentual médio de 47,08% no período. A partir de 1994, constata-se a elevação da participação das receitas tributárias no total da receita, cujo percentual superou os 50%. As transferências correntes, também em relação ao total da receita, mantiveram-se oscilando em torno de 32,7% de 1991 a 1996.

A participação das Receitas Tributárias representando em média a metade das receitas totais durante o período assinalado e, ainda, a sua tendência ascendente a partir de 1993, pode comprovar a eficiência das medidas implementadas no aparelho arrecadador e seu contínuo aperfeiçoamento (ver GRÁFICO 1).

3.3-Controle da Despesa

As despesas correntes corresponderam, no período de 1991 a 1996, a uma participação do total da despesa nunca inferior a 70%, tendo alcançado os 83,3% em 1996. Dessas despesas, os gastos com pessoal contribuíram a parcela mais significativa. Em 1995, 31,2%

TABELA 4
ESTADO DO CEARÁ,
DESPESA COM PESSOAL E A RECEITA TRIBUTÁRIA* (R$ 1.000)

ESPECIFICAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
A. Despesa com pessoal	419.917,08	408.782,99	464.262,54	443.226,31	634.378,56	656.487,97
B. Rec. Corrente Líquida	1.480.334,41	1.330.649,87	1.519.468,39	1.332.652,41	1.537.563,26	1.742.714,77
C. Relação entre A e B (100%)	28,36	30,72	30,55	33,26	41,26	37,67

FONTES: CEARÁ (19--)
HOLANDA & SOARES (1997)
* preços constantes em R$ 1.000 de agosto de 1995.
Nota: As despesas com pessoal referem-se apenas à Administração Direta.

das despesas totais do Estado do Ceará destinavam-se a gastos com pessoal, tendo ocorrido uma pequena queda para 29,6% em 1996.

Um importante indicador relativo à conta de pessoal refere-se à sua comparação com o valor da receita corrente líquida, entendida esta como constituída do total da receita corrente, após dedução dos valores correspondentes às transferências por participações constitucionais e legais dos municípios na arrecadação dos tributos de competência dos Estados.

A relevância desse indicador deve-se ao que disciplina o artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, estabelecendo os limites máximos que os Estados devem observar em relação às despesas com o funcionalismo público[4].

Na TABELA 4, apresentam-se os dados que permitem determinar a relação entre o total das despesas com o pessoal da administração direta do Estado do Ceará e as receitas correntes líquidas entre os anos de 1991 e 1996. Trata-se, portanto, de um indicador parcial do critério estabelecido pela norma constitucional, uma vez que não estão computadas as despesas com o pessoal da administração indireta.

No período analisado, o mencionado indicador manteve um comportamento relativamente estável entre os anos de 1991 e 1994, mas a partir de 1995 apresentou um deslocamento do patamar das despesas com pessoal para um nível mais elevado.

Outro importante aspecto relacionado às finanças públicas diz respeito à capacidade do estado em realizar investimentos, medida pelas despesas de capital após deduzidas as amortizações referentes às dívidas interna e externa. Obtém-se, dessa forma, os investimentos totais realizados pela administração direta. No período compreendido entre os anos de 1991 e 1996, o percentual médio do investimento total em relação às despesas orçamentárias se situou em torno de 22,2%, embora se tenha observado uma queda em termos reais de 28,2% para 12,3% no período em análise.

As despesas com amortização da dívida fundada interna e externa representaram em 1995 o percentual de 4,9% do total das despesas e em 1996, 4,3%,, constituindo-se em um aspecto positivo para o controle das con-

[4] Vale lembrar que a mencionada lei complementar é popularmente conhecida como Lei Rita Camata.

tas do estado, uma vez que as negociações efetivadas no auge do processo de ajuste resultaram no alongamento do seu perfil, permitindo uma gestão compatível com a realidade financeira estadual. Esse aspecto possibilitou, no período, um baixo comprometimento da receita com a amortização da dívida fundada, havendo, por conseguinte, maior disponibilidade de recursos para investimento direto, bem como para a composição da contrapartida estadual naqueles projetos e programas definidos como prioritários.

3.4-Evolução da Execução Orçamentária

Como conseqüência do controle das contas públicas, observou-se em todos os anos compreendidos entre 1991 e 1996 a ocorrência de margem de autofinanciamento com valores significativos, correspondendo à importância total acumulada no período de R$ 2.282,7 milhões.

Este fato evidenciou, de uma parte, maior disponibilidade financeira do governo estadual para investimentos em obras de infra-estrutura econômica e, também, em obras sociais básicas. De outra, mostrou a capacidade de alavancagem de recursos externos por meio de composição de contrapartidas em projetos e programas do Governo federal ou, ainda, na contratação de empréstimos externos. A partir de 1994, no entanto, constatou-se uma nítida tendência de queda nos valores absolutos das margens de autofinanciamento, indicando uma perda da capacidade mobilizadora de investimentos da parte do estado.

Ainda em relação à execução orçamentária, observou-se nos dois últimos anos do período analisado, 1995 e 1996, a ocorrência de déficits (ver TABELA 5), cujos valores alcançaram R$ 54.941,23 mil e R$ 51.468,20 mil, respectivamente, em reais de agosto de 1995. Conforme se pode verificar, ainda, na mesma TABELA, esses déficits foram acompanhados do crescimento dos recursos de terceiros nesses dois últimos períodos.[5]

4-PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

4.1-Introdução.

A par do êxito alcançado no período 1987-94, é fato que ainda persistem bolsões de pobreza, desequilíbrios espaciais acentuados na economia e sociedade cearenses, exigindo novos esforços, novos investimentos para se ultrapassarem os limites do atraso e do subdesenvolvimento.

A consciência deste fato e a necessidade de não só manter como de ampliar os ganhos obtidos levaram o atual governo a conceber e implementar um plano de ação para o período de 1995-98, no qual as raízes para um desenvolvimento sustentável do estado fossem lançadas. Nesta nova concepção de desenvolvimento estabeleceu-se como objetivo básico transformar o Ceará em um estado desenvolvido "no prazo de uma geração, de forma consistente com a melhora a curto prazo da qualidade de vida de todos os cearenses." (CEARÁ, 1999 ?)[6].

Para a consecução deste objetivo, delineou-se como ponto central a continuidade do processo de desenvolvimento em vigor, aumentando a sua abrangência em termos de atividades econômicas, sociais, científicas, culturais, ambientais e espaciais. Isto posto de uma forma planejada, sistemática e consistente. Para se alcançar esse objetivo, uma política de investimento na infra-estrutura básica e de atração de investimentos foi formulada e implementada.

[5] Dados preliminares referentes ao exercício financeiro de 1997 indicam a deterioração da situação financeira do Estado do Ceará, havendo inclusive perspectiva de queda na arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em termos reais. Se confirmadas estas expectativas, firma-se a tendência já apresentada na apuração da execução orçamentária tanto no exercício de 1995 como de 1996.

[6] Secretaria do Planejamento do Ceará (SEPLAN/ CE).

TABELA 5
ESTADO DO CEARÁ
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R$ 1.000

Especificação	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Receitas Correntes menos Despesas Correntes	518.412,87	388.997,54	361.112,49	330.635,57	205.579,73	193.560,67
2. Receitas de Capital menos Operações de Crédito	2.518,98	13.999,66	161.809,36	34.598,86	50.780,75	20.737,76
3. Margens de Autofinanciamento (1+2)	520.931,85	402.997,19	552.921,87	365.234,42	256.361,52	214.298,42
4. Investimentos Totais	471.862,84	428.924,58	541.534,58	354.067,29	324.848,53	273.143,40
5. Amortizações	21.442,55	33.824,10	28.429,98	68.427,23	99.908,77	96.338,36
6. Recursos de terceiros {6 = [(4+5) - 3]}	-27.626,45	59.769,48	47.042,70	57.260,09	168.394,73	155.183,34
7. Necessidade de Financiamentos [7 = (6 - 5)]	-49.069,00	25.945,39	18.612,70	-11.167,13	68.485,96	58.844,98
8. Operações de Crédito	99.685,90	70.420,06	82.590,05	92.219,91	113.453,50	103.714,14
9. Superávit/ Déficit orçamentário [9 = (8 - 6)]	127.292,35	10.650,57	35.547,35	34.959,82	-54.941,23	-51.469,20

FONTES: CEARÁ (19--)
HOLANDA & SOARES (1997)
* preços constantes em R$ 1.000, de agosto de 1995.

4.2-Programas e Projetos Estruturantes

Em primeiro lugar, cinco vetores de ação foram definidos: Proteção ao Meio Ambiente; Reordenamento do Espaço; Capacitação da População; Geração de Emprego e Desenvolvimento Sustentável da Economia; Desenvolvimento da Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação. Em segundo lugar, e como decorrência da definição destes vetores, os programas estruturantes a eles associados. Estes programas, por outro lado, foram concebidos dentro de uma visão de sinergia dos esforços empreendidos, maximização de resultados como meio de melhor induzir e envolver a participação da população e dos agentes econômicos, uma vez que, como especifica o Plano de Desenvolvimento, cabe ao Estado o papel de indutor do processo, necessitando, portanto, da participação de toda a sociedade cearense.

A operacionalização destes programas, além de questões institucionais e de coordenação entre secretarias e órgãos do governo, se apoiou, e se apóia, na mobilização de recursos financeiros necessários à sua realização. Neste sentido projetos de captação de recursos em nível nacional e internacional foram desenvolvidos e negociados. Obviamente para o êxito desta negociação a situação financeira do estado deveria ser condizente com as exigências de aporte das contrapartidas necessárias.

Em função da administração financeira implementada desde 1987, como já discutida antes, o estado pôde negociar importantes recursos financeiros de órgãos internacionais como: BID, BIRD, OECF, KFW[7], bem como da União.

[7] BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento; BIRD- *International Bank for Reconstruction and Development*; OECF- Fundo Ultramarino de Cooperação Econômica do Japão; e, KFW- *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (Banco Alemão de Fomento).

TABELA 6
ESTADO DO CEARÁ,
PRINCIPAIS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
INVESTIMENTOS PLURIANUAIS
1990-1998
EM US$ MILHÕES

Programas / Projetos Estruturantes	Total*	Contrapartida Estadual	Recursos Externos
I - Proteção ao Meio Ambiente	584,5	258,6	186,1
II - Reordenamento do Espaço	240,0	100,0	140,0
III - Capacitação da população	878,1	223,8	387,0
IV - Geração de Emprego e Desenvolvimento da Economia	1358,1	288,4	501,2
V - Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação	47,3	5,1	-
VI - Gestão Pública	25,5	10,9	15,6
TOTAL	3133,5	886,8	1230,0

FONTE: CEARÁ (1998)
* O total de recursos engloba, além das fontes citadas, recursos outros de origem nacional como BNDES, CEF etc.

A TABELA 6 mostra os programas estruturantes e os recursos financeiros a eles associados. Pode-se observar que o volume total de investimentos previstos nestes programas para o período 1990/98 é expressivo, cerca de US$ 3,1 bilhão (três bilhões e cem milhões de dólares), dos quais US$ 886,8 milhões correspondem às contrapartidas do estado e US$ 1,2 bilhão a recursos de organismos internacionais, sendo o restante correspondente a recursos da União e órgãos de financiamento nacionais, como: Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste.

Geração de emprego e desenvolvimento da economia sobressaem-se entre os programas com um total de recursos de US$ 1,3 bilhão, seguindo-se os investimentos em Capacitação da População, cerca de US$ 878 milhões e Proteção ao Meio Ambiente, US$ 584 milhões. Neste último programa, devem-se destacar dois grandes projetos. O primeiro é representado pela construção do Açude Castanhão e o segundo pelo Programa de Gerenciamento e Integração dos recursos hídricos, projetos estes básicos e fundamentais para o desenvolvimento do Estado, em face do recorrente problema da seca que afeta ciclicamente a região Nordeste, e em particular, o semi-árido, no qual o Ceará está inserido.

Já no programa Capacitação da População destacam-se os projetos de Qualificação Profissional e o Programa de Infra-Estrutura básica de Fortaleza, SANEAR (rede de esgoto), e o projeto de combate à pobreza rural (Projeto São José).

Na área de Geração de Emprego e Desenvolvimento da Economia, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a implantação do Complexo Industrial Portuário do Pecém; o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR); o Programa de Trens para a Região Metropolitana de Fortaleza e o Projeto de Energia Eólica.

Assim, como se observa, não só o volume total de recursos é expressivo, como também é

de se ressaltar o grande esforço financeiro do estado (contrapartida estadual) na alocação de recursos para programas e projetos fundamentais para o desenvolvimento do Ceará.

4.3-PROGRAMA DE PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

4.3.1-Apresentação do programa

O Programa de Atração de Investimentos tem como principal instrumento o FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará) o qual objetiva promover a industrialização do Estado, assegurando às empresas e cooperativas, ambas industriais, incentivos à implantação, funcionamento, relocalização, ampliação, recuperação ou modernização de plantas industriais.

Dentro deste fundo — FDI —, destaca-se o Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), através do qual os investidores farão jus a um financiamento (empréstimo), após a quitação mensal do imposto (ICMS) devido, de 45% do valor pago no caso de plantas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, de 75% para plantas localizadas fora da RMF[8].

À época da quitação do empréstimo, as empresas terão um rebate sobre o valor a pagar, variando este valor em função da localização da planta. Ou seja, o rebate será de 40% para plantas localizadas na RMF e de 75% para as localizadas fora daquela região.

Constata-se, pois, que na efetiva liquidação do empréstimo as empresas na realidade obtêm um subsídio fiscal (uma renúncia fiscal do Estado) de 18% e 56,2% do empréstimo devido, para plantas localizadas na RMF ou fora dela, respectivamente. Ressalta-se, por outro lado, que este subsídio ocorre após a fase de funcionamento da planta e em função da efetiva geração de receitas operacionais. Isto porque a renúncia fiscal é concedida como uma proporção do ICMS pago.

Além do diferencial do incentivo em função da localização das plantas, o programa concede ainda prazos diferenciados para os empréstimos, mantendo no entanto o mesmo prazo de carência de 36 meses, independente da localização e prazo do financiamento.

O prazo do empréstimo tem duração de no mínimo 06 anos, para plantas localizadas na RMF, e o máximo de 15 anos para plantas localizadas a mais de 500 km de Fortaleza. Numa faixa intermediária, os prazos se estendem para 10 e 13 anos em função também da distância em relação a Fortaleza. No primeiro caso, enquadram-se aquelas plantas localizadas até 300 km de distância. No segundo, aquelas localizadas entre 300 e 500 km.

Adicionalmente aos incentivos mencionados, a Lei n.º 12.031 de 01/10/96 e o Decreto n.º 24.249 de 25/10/96 que a regulamentou, concedem incentivos às empresas que importam máquinas e equipamentos para suas unidades localizadas no Estado, cumulativamente ou não a outros incentivos recebidos.

Estes incentivos consistem na desoneração do pagamento do ICMS devido à época do desembarque e desembaraço da mercadoria, estipulando-se seu pagamento para uma data futura, a qual corresponderá à venda das máquinas e equipamentos objetos da desoneração.

Pelo exposto, fica claro que o Estado concebeu um sistema poderoso de atração de investi-

[8] A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) corresponde à Área de Desenvolvimento Regional polarizada por Fortaleza e é integrada pelos seguintes municípios: Fortaleza, Caucaia, Aquiraz, Maranguape, Pacatuba, Maracanaú, Guaiúba, Eusébio e Itaitinga. No entanto, neste estudo incluímos também na RMF os municípios de Horizonte e Pacajus devido ao fato de que eles são contemplados com os mesmos critérios de incentivos oferecidos aos demais municípios oficialmente integrantes da região.

mentos industriais, procurando ao mesmo tempo diversificar a estrutura econômica e induzir a interiorização do desenvolvimento industrial.

Quanto à natureza dos incentivos concedidos. Estes constituem na realidade um financiamento a longo prazo do capital de giro das empresas, cuja fonte de recursos está nos recolhimentos do ICMS devido pelas mesmas ao fisco estadual. Ou seja, a concessão efetiva do empréstimo é parcelada obedecendo a um fluxo regular de recolhimento do imposto devido e se dá em função do desempenho operacional das empresas.

Embora, como já mencionado, exista de fato uma renúncia fiscal por parte do Estado, esta se dá em função do êxito do empreendimento, da sua concreta realização e, principalmente, do montante de imposto gerado. Em outras palavras, a renúncia fiscal ocorrerá sobre a receita adicional obtida em decorrência dos investimentos realizados no Estado.

Há, deste modo, um estímulo ao investimento e à produção sem, no entanto, haver um comprometimento das receitas correntes relativas ao ICMS e sem retirar dos investidores os riscos inerentes à atividade empresarial, ficando este risco com o empresário e não com o Estado.

Outro aspecto importante a ser observado refere-se à mecânica do Programa de Incentivos, a qual cria de fato um estímulo ao pagamento do imposto devido, desencorajando a sonegação fiscal.

4.3.2-Resultados

O sistema de incentivos propiciado pelo PROVIN associado à credibilidade do governo estadual em honrar os compromissos assumidos resultou em um fluxo significativo de empresas e investimentos para o Ceará, no período 1987/97. Como mostra a TABELA 7, os resultados deste programa foram bastante significativos, tanto em termos de montante de investimentos como no tocante à geração de emprego e interiorização do desenvolvimento industrial[9], particularmente no período 1995-97.

Merece destaque ainda o fato de que em julho de 1997 o número de empresas instaladas e a instalar já superava o total alcançado ao longo do período 1991-1994. Este mesmo resultado verificou-se em termos de geração de emprego e volume de investimento. Observou-se também uma redução do número de empresas na RMF e em contrapartida um aumento do número de empresas localizadas no interior do Estado.

Este fato pode constituir um indicador dos efeitos indutores do mecanismo de incentivos propiciados pelo PROVIN, onde, como vimos anteriormente, são concedidos incentivos adicionais expressivos para empresas que se localizam no interior do Estado. A tendência de interiorização do processo de industrialização deve se acentuar no futuro próximo. Apesar disso, observa-se que a RMF ainda concentra um número elevado de empresas incentivadas, cerca de 65,2% do total das empresas instaladas e a instalar.

Em julho de 1997, do total de empresas, 98 já estavam funcionando, sendo que 73 na RMF. Este conjunto de empresas representava um investimento total de R$ 1004,4 milhões e uma geração de empregos diretos de 20,4 mil, perfa-

[9] Adicionalmente aos programas estruturantes e ao PROVIN, outros recursos também foram carreados para o Estado via, por exemplo, Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No total, cerca de U$ 1,698 bilhões foram alocados ao Estado no período 1990/96. Deste total, U$ 365,6 milhões corresponderam às liberações do FINOR, U$ 04,4 milhões a recursos do FNE e U$ 527,7 milhões do BNDES. (ALMEIDA & BITTENCOURT, 1997).

TABELA 7

ESTADO DO CEARÁ

PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO - 1991 - 1997(1).

PERÍODO	Total de Empresas						Empresas em Funcionamento					
	Quantidade		Nº de Empregos (1000)			Investimento em	Quantidade		Nº de Empregos (1000)			Investimento em
	RMF	Total	Diretos	Indiretos	Total	R$1.000.000	RMF	Total	Diretos	Indiretos	Total	R$1.000.000
1991-1994	151	204	44,50	178,0	222,50	2643,7	50	66	11,1	44,2	55,3	613,61
1995-1997	140	242	48,95	195,8	244,75	2601,7	23	32	9,3	37,2	46,5	390,79
TOTAL	291	446	93,45	373,8	467,25	5245,4	73	98	20,4	81,4	101,8	1004,4

FONTE: Dados extraídos na Secretaria da Indústria e Comércio (SIC – CE) (1) Dados atualizados para valores de julho de 1997.

TABELA 8

ESTADO DO CEARÁ

EMPRESAS PESQUISADAS SEGUNDO O SETOR ECONÔMICO E A SITUAÇÃO ATUAL

CLASSE DE ATIVIDADE	SITUAÇÃO ATUAL				%	VALOR DO INVESTIMENTO EM R$ 1.000,00
	PROJETO	EM IMPLANTAÇÃO	EM OPERAÇÃO	TOTAL		
INDÚSTRIA	02	03	12	17	68,0	431.960,00
COMÉRCIO	-	-	02	02	8,0	82.230,00
SERVIÇOS	01	01	03	05	20,0	3.600,00
CONSTRUÇÃO	-	-	01	01	4,0	3.070,00
TRANSPORTES	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**03**	**04**	**18**	**25**	**100**	**520.860,00**

FONTE: Pesquisa direta realizada em uma amostra de 25 empresas incentivadas pelo Programa de Atração de Investimentos (PROVIN), do Estado do Ceará.

TABELA 9

ESTADO DO CEARÁ - EMPRESAS PESQUISADAS SEGUNDO O PORTE E O SETOR DE ATIVIDADE

PORTE*	SETORES				TOTAL	%	VALOR DO INVESTIMENTO EM R$1.000,00
	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO			
PEQUENA	04	02	01	-	07	28,0	5.160,00
MÉDIA	06	03	01	01	11	44,0	35.700,00
GRANDE	07	-	-	-	07	28,0	480.000,00
TOTAL	**17**	**05**	**02**	**01**	**25**	**100,0**	**520.860,00**

FONTE: Pesquisa direta realizada em uma amostra de 25 empresas incentivadas pelo Programa de Atração de Investimentos (PROVIN), do Estado do Ceará.
*Para efeito de classificação, convencionou-se o seguinte: Pequena: até R$ 1.000,00 mil; Média: acima de R$ 1.000,00 mil e até R$ 10.000,00 mil; Grande: acima de R$ 10.000,00 mil.

zendo, respectivamente 19,1% do investimento total e 21,8% dos empregos diretos previstos.

5-SENSIBILIDADE EMPRESARIAL AOS INCENTIVOS LOCACIONAIS: ANÁLISE PARA UMA AMOSTRA DE EMPRESAS

Conforme já mencionado anteriormente, uma das estratégias do planejamento estadual consistiu na adoção de incentivos fiscais à implantação de novos investimentos privados de forma a induzir uma mudança na estrutura econômica do Ceará. Ao lado disso, também foram adotadas providências visando à ampliação e melhoria da infra-estrutura econômica do Estado.

Assim, com o objetivo de examinar a influência dos incentivos fiscais bem como de outros fatores na escolha do Ceará para implantação de empreendimentos, realizou-se uma pesquisa direta em 25 empresas, abrangendo os mais variados ramos de atividade distribuídos pelos setores da indústria, comércio, serviços e construção civil. Todas elas referiam-se a projetos em implantação ou empresas já em operação, cuja caracterização encontra-se apresentada nas TABELAS 8 e 9.

Todas as empresas pesquisadas possuíam capital nacional. Do total de 25 empresas, 72% encontravam-se em operação, 16% estavam em fase de implantação e 12% delas referiam-se a projetos.

A distribuição das empresas por setores está apresentada da seguinte forma: 68% pertencentes ao setor industrial, 20% ao de serviços, 8% ao do comércio e 4% à construção civil. Neste último caso, apenas uma empresa respondeu ao questionário. Desse modo, os questionários recebidos e computados referem-se a 17 empresas industriais, 5 prestadoras de serviços, 2 comerciais e 1 de construção civil, perfazendo um total de 25 empresas pesquisadas. Os ramos de atividade compreendem às atividades: equipamentos industriais, avicultura, bebidas, confecções, laticínios, hotelaria, indústria gráfica, mobiliário, calçados e castanha de caju.

Em relação ao porte dessas empresas, adotou-se o critério de classificá-las segundo o volume de investimento declarado. Com isso, estabeleceu-se que os investimentos até R$ 1,0 milhão representavam pequenos empreendimentos, de 1,0 milhão a 10,0 milhões, empresas médias e, acima de R$10,0 milhões grandes empreendimentos. Seguindo essa classificação, pode-se observar na TABELA 9 que 28% referiam-se a empresas de pequeno porte, 44% foram consideradas de médio porte e 28% constituíam grandes empreendimentos.

O volume global do investimento das empresas pesquisadas é da ordem de R$ 520,86 milhões distribuídos em R$ 5,16 milhões para as pequenas empresas, R$ 35,7 milhões para as de porte médio e R$ 480,0 milhões no caso dos grandes empreendimentos.

Quanto à localização dos empreendimentos, apenas 2 deles estão situados fora da Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que 23 encontram-se implantados ou em fase de implantação dentro do perímetro que delimita esse espaço.

Em relação às razões motivadoras da localização dos empreendimentos, foram listados no formulário da pesquisa 10 itens distintos e solicitados aos diretores das empresas que estabele-

[10] Os itens relativos à motivação locacional dos projetos pesquisados compreenderam os seguintes: incentivos diversos, disponibilidade de matéria-prima local, custo da mão-de-obra, condições de estabilidade financeira do Estado, expectativas positivas quanto ao cumprimento dos acordos oficiais, proximidade do North America Free Trade Agreement (NAFTA) e da União Européia, perspectivas de continuidade administrativa, infra-estrutura econômica, mercado regional e mercado nacional.

cessem sua hierarquização em ordem crescente de importância, como fatores da escolha[10] locacional do empreendimento.

Na apuração dos resultados, adotou-se o procedimento de classificação pelos setores de atividades e também segundo porte do empreendimento. Tal medida destinava-se a captar possíveis diferenças de motivação determinada por razões setoriais ou de tamanho do empreendimento.

Em termos do conjunto das respostas, constatou-se de imediato a importância atribuída a cinco dos 10 itens, nos quais ocorreu uma visível concentração das respostas, a saber: incentivos diversos, mercado regional, infra-estrutura econômica, custo da mão-de-obra e perspectivas de continuidade administrativa.

Sobre os resultados apurados na pesquisa, alguns aspectos devem ser destacados. 1) os percentuais apresentados ao lado do item referem-se à freqüência de determinada posição relativamente ao total das freqüências atribuídas a todas as 10 posições possíveis e que foram indicadas pelas 25 empresas, considerando-se ainda as possíveis respostas em branco; 2) nem todas as empresas estabeleceram uma classificação para todos os itens. Algumas empresas responderam apenas parcialmente o questionário; 3) algumas empresas apontaram a mesma posição para mais de um item; 4) no setor de comércio apenas uma das duas empresas consultadas apresentou resposta completa; 5) a escolha de determinados itens com baixos percentuais reflete a grande dispersão das respostas nas diversas classificações; 6) no caso da construção civil, os percentuais não foram apresentados porque apenas uma empresa foi consultada.

Por setor de atividade econômica, o resultado obtido da pesquisa direta, em ordem decrescente de importância, pode ser assim resumido:

INDÚSTRIA

1º Incentivos diversos	40%
2º Custo da mão-de-obra	27%
3º Infra-estrutura econômica	27%
4º Perspectivas de continuidade administrativa	27%
5º Mercado Regional	20%

COMÉRCIO

1º Incentivos diversos	50%
2º Mercado Regional	50%
3º Infra-estrutura econômica	50%

SERVIÇOS

1º Mercado Regional	60%
2º Incentivos diversos, infra-estrutura econômica e mercado regional	60%
3º Custo da mão-de-obra	20%

CONSTRUÇÃO CIVIL

1º Condições de estabilidade financeira do Estado;
2º Perspectivas de continuidade administrativa;
3º Infra-estrutura econômica;
4º Mercado Regional;
5º Expectativas positivas quanto ao cumprimento dos acordos e contratos.

Alguns breves comentários sobre esses resultados precisam ser feitos. Em primeiro lugar, observa-se que a ordem hierárquica dos motivos locacionais varia segundo o setor no qual se insere o empreendimento. Verifica-se, por outro lado, a concentração das motivações, respeitadas as diferenças já mencionadas, em cinco itens dos dez sugeridos na pesquisa. Dentre eles destacam-se os incentivos diversos, que na indústria é particularmente importante quando se refere a empreendimento novo, mercado regional, custo da mão-de-obra, infra-estrutura econômica e perspectivas de continuidade administrativa.

Deve-se mencionar ainda a importância que as empresas atribuem ao mercado regional. Apenas duas empresas fizeram menção ao mercado nacional ou à proximidade do NAFTA ou União Européia.

No setor da construção civil as motivações são bastante peculiares, refletindo, certamente, a forte vinculação da atividade à atuação do Governo estadual na implantação de obras de infra-estrutura econômica.

Examinando os resultados sob o aspecto do porte dos empreendimentos, pode-se concluir que não há divergências significativas em relação aos resultados anteriores, conforme pode ser observado a seguir:

PEQUENAS EMPRESAS

1º Incentivos diversos e Mercado Regional	33%
2º Disponibilidade de matéria-prima local	33%
3º Custo da mão-de-obra	33%
4º Infra-estrutura econômica	16%

EMPRESAS MÉDIAS

1º Incentivos diversos	40%
2º Mercado Regional	27%
3º Infra-estrutura econômica	27%

GRANDES EMPRESAS

1º Incentivos diversos e Mercado Regional	43%
2º Disponibilidade de matéria-prima local	43%
3º Expectativas positivas quanto ao cumprimento dos acordos oficiais	43%
4º Perspectivas de continuidade administrativa	43%

6-CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma análise do desempenho global do Estado do Ceará no período de 1990 e 1996. A preocupação central consistiu em abordar os aspectos da situação econômica do Ceará e ao mesmo tempo buscou identificar as estratégias básicas adotadas pelo Governo estadual com vistas às transformações estruturais necessárias à superação do atraso e do subdesenvolvimento.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que no campo econômico o Estado do Ceará obteve considerável avanço. A renda *per capita* cresceu de U$ 1,4 para U$ 1,6 mil e o PIB de U$ 9,2 para U$ 10,9 bilhões. Este resultado quando comparado com os obtidos pelo Brasil e Nordeste no mesmo período, indica o êxito das ações desenvolvidas.

Por outro lado, houve um aumento da oferta de trabalho proporcionada principalmente pela implantação de novos empreendimentos. Neste particular aspecto, destacou-se o Programa de Atração de Investimento, cuja importância para a diversificação da economia cearense e de sua desconcentração, através da concessão de incentivos para a instalação de empresas fora da Região Metropolitana de Fortaleza, representam um relevante mecanismo indutor de dinamismo à atividade produtiva no Estado. Fato este corroborado pelos resultados da pesquisa direta realizada numa amostra de empreendimentos implantados ou em implantação.

O ajuste fiscal promovido pelo governo estadual, no período de 1987 a 1990, resultou efetivamente no saneamento das contas públicas. E este fato refletiu favoravelmente na execução orçamentária do período 1991 a 1996. A reestruturação e o controle dos mecanismos de arrecadação tributária e a negociação da dívida fundada viabilizaram a alavancagem dos recursos necessários à implantação de obras de infra-estrutura indispensáveis ao cumprimento dos objetivos governamentais de estímulo à atividade econômica.

No final do período analisado, contudo, observou-se a ocorrência de déficits orçamentários em dois anos seguidos, mais precisamente nos anos de 1995 e 1996. Com isto, surgem sinais de deterioração das finanças do Estado proporcionados tanto pela elevação das despesas como pela tendência de esgotamento do ritmo de crescimento das receitas, sobretudo as receitas tributárias. Assim, caso esse quadro desfavorável firme uma tendência que não seja revertida, um grande prejuízo poderá ocorrer para o prosseguimento do

impulso dinamizador desempenhado pelo Estado na economia cearense em período recente.

É certo que medidas internas poderão ser adotadas visando à reversão do quadro que se afigura desfavorável, mas cada vez mais a eficácia de tais ações terá seus efeitos limitados pelos resultados da política econômica do governo federal. As elevadas taxas de juros, os pesados encargos fiscais das empresas e a conseqüente diminuição do ritmo da atividade econômica pressionarão no sentido de um déficit público crescente e da ampliação do estoque da dívida, acarretando dificuldades crescentes para a manutenção das atuais taxas de investimento público e privado no Estado do Ceará.

7 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Rafael Prata de Almeida Fernandes.

Abstract

The objective of this paper is analyzing the economic performance of the state of Ceará in the 1990/96 period as a result of the state's government actions in the areas of public finance, mobilization of resources for investment and the attraction of new industrial plants. The income per capita increased, improving the state relative position vis-à-vis Northeast and Brazil. The fiscal adjustment and the equilibrium in the public finance were relevant factors for the observed dynamism. A significant amount of internally generated funds since 1990 allowed the government to finance an ample plurianual program of investments named: "structuring program". On the other hand, that equilibrium was in itself a basis for the making of an ingenious program of fiscal incentives - PROVIN - to attract new industrial plants. The number of plants already built and in construction in Fortaleza and in the countryside, as well as the value of total investment and jobs created, are evidence of the success of this program. The importance of these incentives is also shown in the results of a field research recently done among entrepreneurs of the state of Ceará.

Key-Words:

Economic Performance; Public Finance; Economic Growth; Brazil-Ceará

8 -BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, M. B., BITTENCOURT, A. **Estado do Ceará:** uma análise do desempenho recente, 1990-1996. Fortaleza: UFC, 1997. (Mimeogr.).

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de atividades e resultados**. Fortaleza, 1995.

_____. _____. Fortaleza, 1996.

BARRO, R., LEE, J. W. Sources of economic growth. In: CARNEGIE ROCHESTER CONFERENCE IN PUBLIC POLICY, 1994. Rochester. **Anais ...** Rochester, 1994. (Mimeogr.).

BNDES. **Relatório anual**. Rio de Janeiro, 1990.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1991.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1992.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1993.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1994.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1995.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1996.

CEARÁ. Governo do Estado. **Carteira de recursos financeiros com recursos externos multilaterais e bilaterais, 1990-1998**. Fortaleza, [1998].

CEARÁ. Secretaria da Fazenda. **Balanço geral do Estado**. Fortaleza, 1990.

_____. _____. Fortaleza, 1991.

_____. _____. Fortaleza, 1992.

_____. _____. Fortaleza, 1993.

_____. _____. Fortaleza, 1994.

_____. _____. Fortaleza, 1995.

_____. _____. Fortaleza, 1996.

CEARÁ. Secretaria da Indústria e Comércio. **Programa de promoção industrial e atração de investimentos**. Fortaleza, 1997.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1990.

_____. _____. Fortaleza, 1991.

_____. _____. Fortaleza, 1992.

_____. _____. Fortaleza, 1993.

_____. _____. Fortaleza, 1994.

_____. _____. Fortaleza, 1995.

_____. _____. Fortaleza, 1996.

_____. **Plano de desenvolvimento sustentável, 1995 - 1998**. Fortaleza, 1995.

HOLANDA, Marcos, SOARES, Francisco A. **Análise institucional dos Estados do Nordeste:** Ceará, Piauí e Maranhão. Fortaleza: UFC, 1997.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1990 e 1995**. Rio de .Janeiro, 1990.

_____. _____. Rio de Janeiro, 1995.

IPLANCE. **Anuário estatístico do Ceará, 1993 e 1995/96**. Fortaleza, 1996.

LIMA, Edilberto C. Pontes. **A economia do Ceará:** crescimento recente e perspectivas. Brasília: IPEA, 1997. (Mimeogr.).

MELTZER, A. H. Estrutura financeira, poupança e crescimento econômico: o governo no processo de desenvolvimento. **Revista ANPEC**, n. 1, p. 75-99, ago. 1997.

MESQUITA, Arlan Mendes. **Avaliação econômica do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Belo Horizonte, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Minas Gerais.

PINHEIRO, Tarcísio. **Estado do Ceará:** características físicas e dados econômicos e de infra-estrutura. Fortaleza: Economistas Associados, 1997.

SILVA, Antônio de Oliveira et al. **Produto Interno Bruto por Unidade de Federação**. Brasília: IPEA, 1996. (T.D, 424).

Recebido para publicação em 07.AGO.1998.

PROGRAMA GERADOR DE EMPREGO E RENDA DO BANCO DO NORDESTE - PROGER.

Se você quer ajudar o Nordeste a crescer, pode contar com a gente. O PROGER é um programa criado para apoiar as iniciativas de quem quer contribuir para a manutenção e elevação do nível de empregos na região. Através do PROGER, o Banco do Nordeste desenvolve ações voltadas para o incremento da produção, gerando mais empregos e renda para o Nordeste e possibilidade de mais lucro para você. Com este Programa, o empreendedor que atua ou vai atuar no ramo rural, industrial, agroindustrial, comercial ou de serviços passa a ter mais facilidade na obtenção de recursos financeiros, na capacitação profissional e na organização de infra-estrutura. Agora, na hora de gerar emprego e renda para os nordestinos, você já pode contar com o seu novo parceiro: PROGER/Banco do Nordeste.

Banco do Nordeste

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil

Cliente Consulta 0800-78-3030 • clienteconsulta@bancodonordeste.gov.br • www.bancodonordeste.gov.br